Emprego e desemprego em Portugal em tempos de pandemia

José Rebelo dos Santos, ESCE/IPS, jose.rebelo@esce.ips.pt

Resumo

O desemprego em Portugal estava no início do ano passado (janeiro de 2020) em valores muito baixos, na ordem dos 6,7%. Com o surgimento da pandemia em março de 2020 a expetativa era de que a paralisação total ou parcial de muitas atividades económicas, sobretudo no setor terciário, se repercutisse de imediato na taxa de desemprego com um consequente aumento substancial da mesma. As medidas implementadas pelo governo conseguiram ajudar a suster esse aumento e o facto é que só no final do 2º trimestre se sentiu um crescimento de desemprego que se viria a prolongar no 3º trimestre de 2020 infletindo de novo no último trimestre de 2020. De qualquer forma o aumento do desemprego, pelo menos até ao final de 2020 ficou bastante aquém daquilo que inicialmente se chegou a prever. Será que ficou muito desemprego oculto ou "disfarçado" com as medidas de apoio ao emprego? O objetivo deste pequeno apontamento é analisar a evolução da taxa de emprego e de desemprego em Portugal entre 2015 e 2020, por regiões NUTS II. Pretende-se uma análise mais aprofundada para o período imediatamente anterior à pandemia e para todo o ano de 2020. O facto de recuarmos até 2015 nesta análise visa identificar a trajetória dos últimos dados do emprego e desemprego. A ideia é contribuir para clarificar as repercussões da pandemia COVID19 no emprego e desemprego em Portugal. Os dados utilizados são as estatísticas do emprego da responsabilidade do Instituto Nacional de Estatística.

Palavras chave: Emprego; Desemprego; Pandemia COVID19

Abstract

Unemployment in Portugal was at the beginning of last year (January 2020) at very low levels, in the order of 6.7%. With the outbreak of the pandemic in March 2020, the expectation was that the total or partial paralysis of many economic activities, especially in the tertiary sector, would have an immediate impact on the unemployment rate with a consequent substantial increase in it. The measures implemented by the government were able to help halt this increase and the fact is that it was not until the end of the 2nd quarter that there was a growth in unemployment that would continue in the 3rd quarter of 2020, again inflating in the last quarter of 2020. The rise in unemployment, at least until the end of 2020, was well short of what was initially anticipated. Has too much hidden or "disguised" unemployment been left with employment support measures? The objective of this small appointment is to analyze the evolution of the employment and unemployment rate in Portugal between 2015 and 2020, by NUTS II regions. A more in-depth analysis is intended for the period immediately preceding the pandemic and for the whole of 2020. The fact that we go back to 2015 in this analysis aims to identify the trajectory of the last data of employment and unemployment. The idea is to help clarify the repercussions of the COVID19 pandemic on employment and unemployment in Portugal. The data used are the employment statistics of the responsibility of the National Statistical Institute.

Keywords: Employment; Unemployment; Pandemic COVID19

Introdução

O emprego e o desemprego são particularmente sensíveis a quaisquer perturbações no normal funcionamento das atividades das organizações.

A pandemia de COVID19 correspondeu e ainda corresponde a uma perturbação substancial dessas atividades em todo o mundo com o encerramento (cremos que temporário) de muitas empresas pelo que, em circunstâncias normais, terá fortes repercussões na evolução do

emprego e do desemprego. Admite-se que alguns empregos possam vir a ser eliminados implicando uma diminuição dos empregos e um aumento da taxa de desemprego.

O objetivo deste pequeno apontamento é analisar a evolução do emprego e desemprego em Portugal entre 2015 e 2020, por regiões NUTS II.

Pretende-se, em especial, analisar de forma mais detalhada o período imediatamente anterior à pandemia (desde janeiro de 2019) e o ano de 2020.

A ideia é contribuir para clarificar as repercussões da pandemia COVID19 no emprego e desemprego em Portugal.

Os dados utilizados são as estatísticas do emprego da responsabilidade do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Contextualização

No início do ano de 2020 os dados conjunturais de Portugal indiciavam perspetivas muito positivas tanto para a economia como para o emprego (Mamede et al, 2020).

No entanto tudo mudou porque em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou pandemia a doença COVID19 prevendo-se a sua disseminação por todo o mundo contagiando e levando à morte de milhões de pessoas. Face a isso as reações da maior parte dos países do mundo não se fizeram esperar e implicaram o encerramento de muitas atividades públicas e privadas, presumivelmente com efeitos no emprego e desemprego.

Em Portugal também foi assim sobretudo no setor terciário com a hotelaria, a restauração e o comércio a encerrarem portas ou a reduzirem drasticamente a atividade. Mesmo noutras áreas de atividade houve impactos, tendo em conta a necessidade de garantir distanciamento suficiente para controlar a propagação e diminuir as possibilidades de contágio. A reorganização do trabalho, os encerramentos temporários e ou definitivos provocaram alterações no número de pessoas a trabalhar refletindo-se quer no emprego quer no desemprego. É o que pretendemos quantificar.

"Em Portugal, os dados estatísticos sobre o desemprego têm como fonte o Instituto Nacional de Estatística (INE) e o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)" (Tavares et al, 2021, p.10).

"No caso do INE, autoridade estatística nacional, a recolha de informação é feita através de um Inquérito ao Emprego que se destina a caraterizar a população face ao mercado de

trabalho. Trata-se de um inquérito trimestral por amostragem, através do qual a informação é recolhida de forma direta por entrevista. A informação é depois calibrada, tendo por referência as estimativas da população calculadas a partir dos resultados do último Censo realizado (atualmente o de 2011). Já no caso do IEFP, que, entre outras, tem como missão intermediar a oferta e a procura de emprego, a informação provém não de qualquer inquérito amostral, mas sim dos próprios atos administrativos que resultam da recolha direta da procura voluntária de emprego por parte de trabalhadores junto dos Centros de Emprego" (Tavares et al, 2021, p. 11).

Neste estudo privilegiamos os dados do Inquérito Trimestral ao Emprego da responsabilidade do INE, podendo complementarmente utilizar por vezes também os dados do IEFP.

Conceitos operacionais

Explicitam-se neste ponto os significados e fórmulas de cálculo relativos às principais taxas inerentes ao estudo que foi efetuado:

Taxa de atividade – nº de ativos por cada 100 pessoas com 15 e mais anos. Os ativos são a mão-de-obra disponível para trabalhar, incluindo-se na população ativa os empregados e os desempregados (INE).

Taxa de emprego – nº de empregados por cada 100 pessoas com 15 e mais anos, relacionando a população empregada com a de 15 e mais anos de idade (INE).

Taxa de desemprego – nº de desempregados por cada 100 ativos. Os ativos são a mão-de-obra disponível para trabalhar, incluindo-se na população ativa os empregados e os desempregados (INE).

Taxa de subutilização do trabalho - agrega a população desempregada, o subemprego de trabalhadores a tempo parcial, os inativos à procura de emprego mas não disponíveis, e os inativos disponíveis mas que não procuram emprego (OIT, referida por INE).

Layoff – corresponde a uma redução temporária dos períodos normais de trabalho ou à suspensão dos contratos de trabalho, no âmbito de iniciativa das empresas, durante um determinado tempo, por razões de mercado, motivos estruturais ou tecnológicos, catástrofes ou outras ocorrências que tenham afetado gravemente a atividade normal da empresa, no pressuposto de que essas medidas são imprescindíveis para assegurar a viabilidade económica da empresa e a manutenção dos postos de trabalho (Segurança Social, 2018).

Importa ainda referir, numa perspetiva operacional, os conceitos de desemprego e de teletrabalho.

"O desemprego corresponde, grosso modo, à condição dos trabalhadores que, embora estejam disponíveis para o trabalho e o procurem, estão involuntariamente privados de um trabalho num determinado momento da sua vida ativa" (Tavares et al, 2021, pp. 8-9).

O teletrabalho corresponde a uma forma atípica de organização do trabalho em que pode haver flexibilidade em termos de horários e sobretudo no lugar e modo como o trabalho é realizado (Fiolhais, 2007; Leite et al, 2019).

O teletrabalho é, portanto, uma forma de flexibilização do trabalho em relação a horários ao lugar em que é executado e forma de realização do mesmo (Leite et al, 2019) e pressupõe a utilização de tecnologias de informação com a sofisticação suficiente para permitir a realização das atividades remotamente.

Embora se verifique já há alguns anos uma tendência para o aumento do teletrabalho nalgumas atividades, foi com o surgimento da pandemia e da necessidade de distanciamento físico incompatível com as infraestruturas de muitas organizações que o teletrabalho ganhou verdadeira expressão. A alternativa era o encerramento temporário ou definitivo de muitas organizações e o consequente aumento de desemprego.

Emprego e Desemprego em Portugal em 2019 e 2020

No decurso de 2020, com o surgimento da pandemia e perante a iminência de encerramento de muitas organizações o teletrabalho ganhou uma dimensão nunca antes registada tanto em Portugal como em quase todo o mundo.

Esta foi uma das razões de viabilização dos empregos de um número muito substancial de trabalhadores que de outra forma ficariam em *layoff* ou desempregados.

Quadro 1 – Teletrabalhadores em Portugal entre março e dezembro de 2020

	2º trimestre 2020	3º trimestre 2020	4º trimestre 2020
Teletrabalhadores	**23,1%**	**13,4%**	**11,6%**

Fonte: INE 2020; 2021

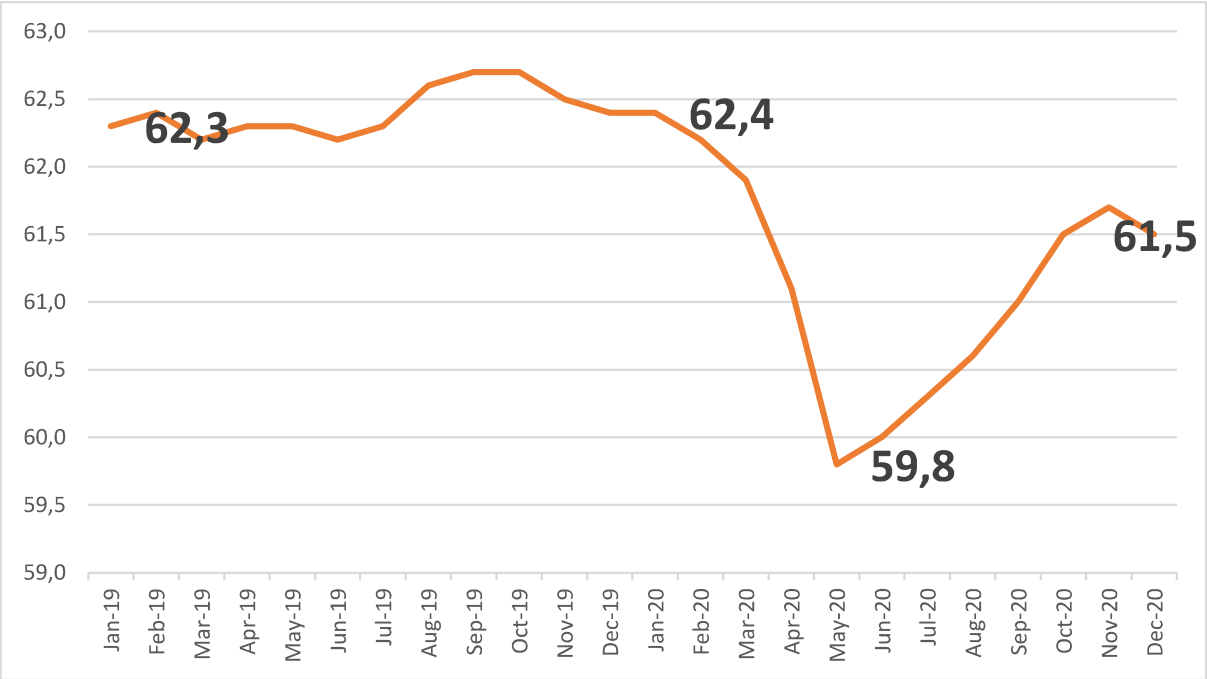
Não obstante, verificou-se um abrandamento muito acentuado na percentagem de trabalhadores em teletrabalho entre o 2º e o 4º trimestre de 2020, tendo passado de cerca de um milhão e cem mil indivíduos para cerca de quinhentos e cinquenta mil indivíduos.

Evolução da Taxa de Emprego em 2019 e 2020

A taxa de emprego manteve bastante estabilidade no decurso de 2019.

A tendência de descida começou a desenhar-se logo em janeiro de 2020, tendo-se acentuado até um mínimo em maio de 2020 (59,8%). A partir daí ocorreu uma recuperação que permitiu que os valores do final do ano fossem de 61,5% como se pode verificar no gráfico 1 (0,9 menos que no início de 2020).

Gráfico 1 – Evolução da taxa de emprego em Portugal em 2019 e 2020



Fonte: INE 2020; 2021

Esta estabilidade não é alheia às medidas implementadas pelo governo português no sentido de minimizar o impacto do COVID19 na viabilidade das empresas e na manutenção dos postos de trabalho, nomeadamente o apoio ao *layoff* em determinadas condições.

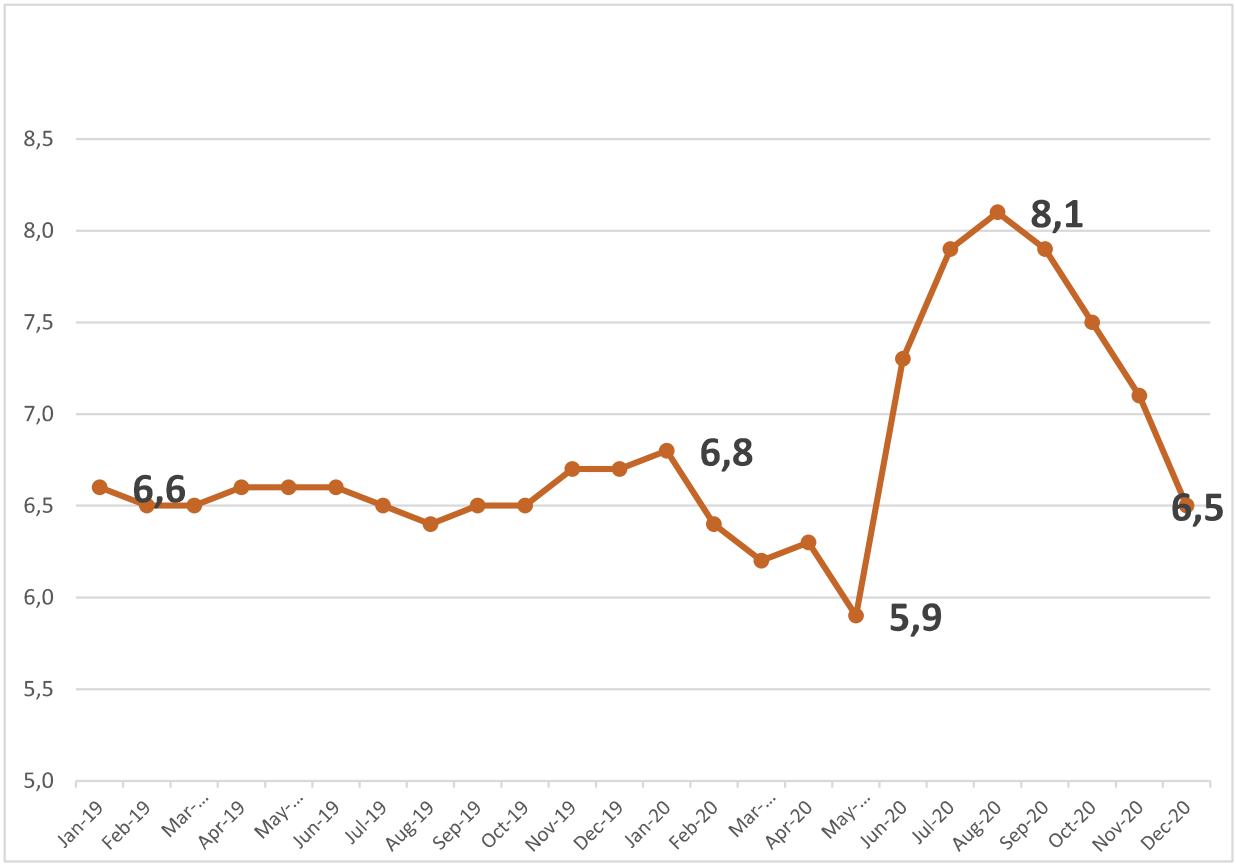
Evolução da Taxa de Desemprego em 2019 e 2020

No decurso de 2020, a taxa de desemprego mostrou-se estável até abril 2020 e no mês de maio registou-se um mínimo de 5,9%.

Nos três meses seguintes houve um crescimento até um máximo de 8,1% em agosto 2020.

No entanto, os dados provisórios do final do ano são inferiores aos de janeiro 2020 e até aos de janeiro 2019, tal como é visível no gráfico 2. Entre as explicações para tal estão as medidas governamentais que permitiram travar o aumento do desemprego e também o facto do desemprego implicar um conjunto de requisitos formais em que se inclui a inscrição num centro de emprego e a procura ativa de trabalho. Ora em plena pandemia não era possível efetuar procura ativa de emprego, pois parte das atividades económicas estavam encerradas ou a funcionar apenas parcialmente e também não era muito aconselhável ir fazer a inscrição num centro de emprego. Por outro lado, algumas empresas comerciais direcionaram-se para o *e-commerce* permitindo minimizar a redução do volume de vendas e também suster o desemprego (Guimarães, 2020).

Gráfico 2 – Evolução da taxa de desemprego em Portugal em 2019 e 2020



Fonte: INE 2020; 2021

Estes dados estão bastante aquém dos apontados por análises macroeconómicas da Comissão Europeia, do FMI e do Banco de Portugal, que previam uma crise muito profunda em 2020 e uma taxa de desemprego entre 9,7% e 13,9% (Mamede et al, 2020).

Uma análise trimestral e desagregada por regiões, conforme conta no quadro 2, permite verificar que a evolução da taxa de desemprego foi bastante heterogénea.

Com aumentos maiores e taxas bastante superiores à média nacional destacam-se a Região Autónoma da Madeira e o Algarve, talvez por serem das regiões mais dependentes da atividade turística que foi fortemente penalizada.

Por outro lado, registaram-se valores inferiores à média nacional em várias regiões:

Na Região Norte, apesar de ter havido um aumento de 0,2 na taxa de desemprego entre o primeiro trimestre de 2019 e o último trimestre de 2020.

Na Região Centro e para o mesmo período verificou-se uma evolução positiva da taxa de desemprego tendo passado de 4,9% para 5,8%, valor inferior ao da média nacional.

Na Região Autónoma dos Açores que foi a única a registar neste período uma diminuição da taxa de desemprego que passou de 8,4% para 5,5%.

Quadro 2 – Taxas de desemprego por região - NUTS II (NUTS-2013) em 2019 e 2020

Unidade: %								
	1T 2019	2T 2019	3T 2019	4T 2019	1T 2020	2T 2020	3T 2020	4T 2020
Portugal	6,8	6,3	6,1	**6,7**	6,7	5,6	7,8	**7,1**
Norte	6,8	6,2	6,6	7,1	6,8	5,6	7,9	7,0
Centro	4,9	4,7	4,8	5,2	6,0	4,7	5,8	5,8
Área Metropolitana Lisboa	7,8	7,1	6,4	7,1	7,0	6,5	9,5	7,7
Alentejo	6,3	6,9	7,0	7,3	6,4	3,3	6,2	7,4
Algarve	9,4	6,7	5,3	**6,8**	7,5	7,4	8,5	**9,9**
Região Autónoma dos Açores	8,4	8,2	7,3	7,6	7,2	4,9	6,7	5,5
Região Autónoma da Madeira	7,0	6,9	6,9	**7,0**	5,6	6,7	8,6	**10,7**

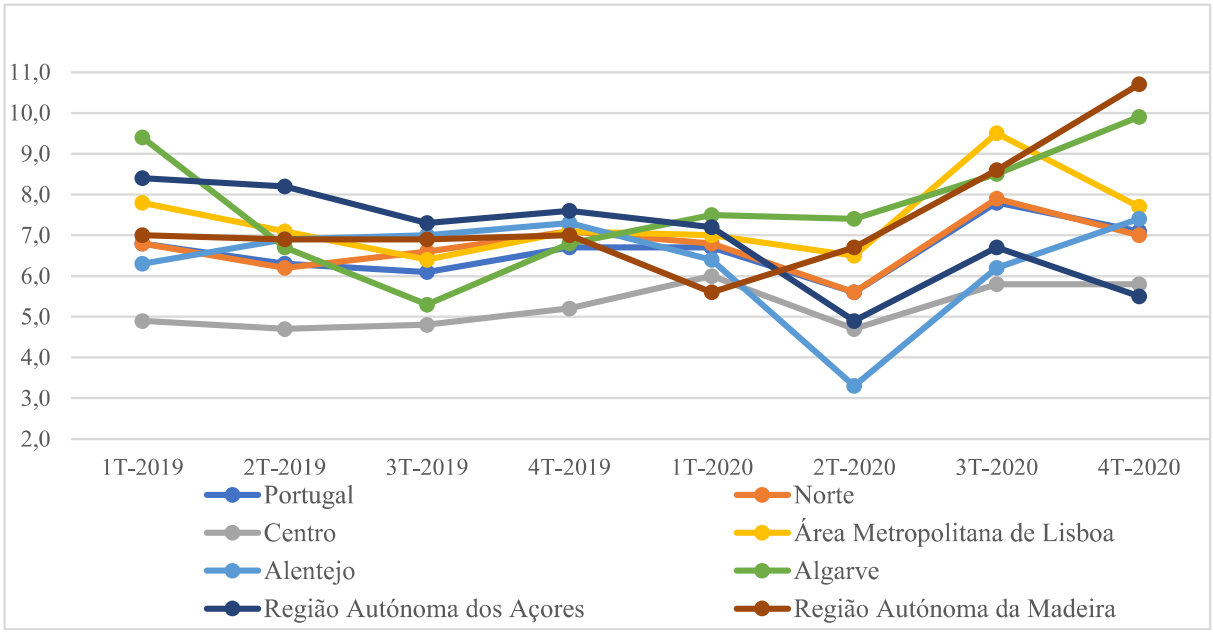
Fonte: INE 2020; 2021

Recorde-se que estes dados têm como fonte o Inquérito ao Emprego da responsabilidade do INE que é aplicado por amostragem e não têm de coincidir com os dados do IEFP.

O gráfico 3 permite visualizar as oscilações região a região ao longo de todo o período em apreço e excetuando a Região Autónoma da Madeira, o ponto mínimo em relação à taxa de desemprego ocorre no segundo trimestre de 2020 (naquela região o ponto mínimo tem lugar no primeiro trimestre de 2020).

Verifica-se também que o ponto máximo da taxa de desemprego ocorre no terceiro trimestre de 2020 em Portugal no seu todo, na Área Metropolitana de Lisboa, na Região Norte e na Região Autónoma dos Açores.

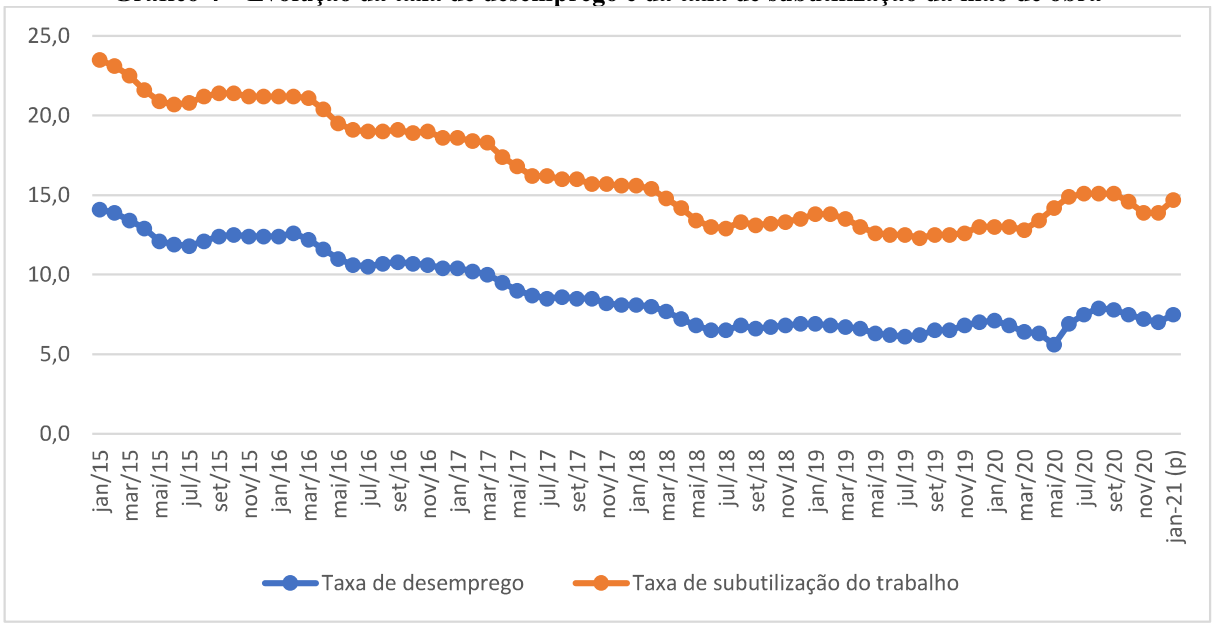
Gráfico 3 – Evolução da taxa de desemprego em Portugal por regiões em 2019 e 2020



Fonte: INE 2020; 2021

O gráfico 4 mostra a evolução da taxa de desemprego desde janeiro de 2015 a janeiro de 2021 e mostra também para o mesmo período a evolução da taxa de subutilização do trabalho.

Gráfico 4 – Evolução da taxa de desemprego e da taxa de subutilização da mão de obra



Fonte: INE 2020; 2021

Uma vez que a taxa de desemprego se mostrou estável em 2020, admitiu-se a hipótese que teria ocorrido um aumento substancial da taxa de subutilização do trabalho, o que no gráfico anterior implicaria que as curvas deixassem de ser quase paralelas e divergissem aumentando a distância entre elas.

Mas não é isso que se pôde constatar com base nos dados do INE que constam no gráfico anterior. Eventualmente haverá outras variáveis a ter em conta que não foi possível identificar para explicar estes dados.

Conclusão

Embora muitos analistas portugueses e das organizações internacionais apontem para menor taxa de emprego e taxa de desemprego mais elevada e também para um aumento da subutilização do trabalho, os dados do INE que foram utilizados para este efeito, não corroboram esses estudos.

Na verdade, a análise desagregada permite apenas identificar um crescimento expressivo do desemprego no Algarve e na Região Autónoma da Madeira, mas, mesmo assim, para valores próximos do intervalo inferior apontado pelos analistas da Comissão Europeia, do FMI e do Banco de Portugal.

Estes dados poderiam ser compensados, pelo menos em parte por uma diminuição substancial da taxa de emprego o que não se verificou.

Uma outra possibilidade era que aumentasse a taxa de subutilização da mão de obra o que ajudaria a perceber a razoável estabilidade em termos de taxa de emprego e de taxa de desemprego, mas, também não foi possível contatar esta situação.

Uma análise por sexo e por grupos etários dá conta que, embora globalmente as alterações sejam reduzidas, têm maior expressão no feminino e nos mais jovens.

Bibliografia

Fiolhais, R. (2007), Teletrabalho e Gestão de Recursos Humanos in Caetano, C. e Vala, J. (org) (2007) Gestão de Recursos Humanos, contextos, processos e técnicas, 3ª edição, Lisboa, RH Editora pp.235-261;

Guimarães, P. (2020), A Preliminary assessment of the resilience of Portugal's commercial Fabric to the COVID-19 Pandemic, in Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, G&DR. V. 16, N. 4, dez/2020 (Ed. Especial) pp. 284-293;

INE (2021), Inquérito ao Emprego, Lisboa, INE;

INE (2020, Inquérito ao Emprego, Lisboa, INE;

Leite, A. L., Lemos, D. C., Schneider, W. A. (2019), Teletrabalho: uma revisão integrativa da literatura internacional, in CONTEXTUS – Revista Contemporânea de Economia e Gestão. Vol. 17 – Nº 3 – set./dez. 2019, pp. 187-210;

Mamede, R. P., Pereira, M., Simões, A. (2020), Portugal: Uma análise rápida do impacto da COVID-19 na economia e no mercado de trabalho, OIT, junho de 2020;

Segurança Social (2018), Layoff, Lisboa, Segurança Social, in https://www.seg-social.pt/layoff;

Tavares, I., Cândido, A. F., Caleiras, J., Carmo, R. M. (2021), Desemprego em 2020. Impactos da pandemia, mapeamentos e reflexões, Lisboa, Observatório das Desigualdades, CIES-ISCTE.